



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SECRETARIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS – SNJ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM

7.º CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I

PROCURADOR DO MUNICÍPIO I

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de aplicação da prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Para atingir o bem comum, o Estado se estrutura para exercer o poder político. Nesse sentido, seguindo o conceito de Forma de Estado, a organização pode ser
- (A) monarquia ou república.
 - (B) monarquia constitucional ou república.
 - (C) unitário ou federal.
 - (D) democrático ou autocrático.
 - (E) presidencialista ou parlamentarista.
02. O poder constituinte derivado, com força de modificar a Constituição Federal de 1988, pode ser considerado como
- (A) incondicionado e limitado juridicamente.
 - (B) soberano e incondicionado.
 - (C) secundário e condicionado.
 - (D) primário e limitado constitucionalmente.
 - (E) autônomo e limitado no que se refere às cláusulas pétreas.
03. No que se refere ao processo legislativo de emenda à Constituição, é correto afirmar que
- (A) a Constituição brasileira adotou o denominado sistema flexível em que há apenas limitações implícitas à modificação do texto constitucional.
 - (B) o sistema jurídico admite apenas limitações expressas, que são classificadas pela doutrina como limitações materiais, formais e instrumentais.
 - (C) as emendas à Constituição estão sujeitas às denominadas limitações implícitas ao poder constituinte derivado.
 - (D) a revisão especial da Constituição poderá realizar-se a cada cinco anos, mediante decisão da maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso, em sessão unicameral, sendo que somente neste caso não há limitação.
 - (E) as chamadas cláusulas pétreas, constantes do art. 60, § 4.º, da Constituição, podem ser superadas mediante procedimento especial, denominado pela doutrina de dupla revisão.
04. A interpretação conforme a Constituição é um princípio que se situa no âmbito do controle da constitucionalidade, sendo que o Supremo Tribunal Federal, ao analisar a norma objeto da ação e lhe dar interpretação conforme a Constituição,
- (A) deve observar o princípio da reserva de plenário apenas no controle concentrado da constitucionalidade.
 - (B) deve imperiosa observância ao princípio da reserva de plenário.
 - (C) deve observar o princípio da reserva de plenário apenas no controle difuso da constitucionalidade.
 - (D) não precisa observar o princípio da reserva de plenário.
 - (E) deve observar o princípio da reserva de plenário apenas na interpretação conforme a Constituição com redução do texto.
05. O art. 5.º, inciso LXXI, da Constituição Federal, estabelece que “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”. Nesse contexto, é correto afirmar que:
- (A) se houver lei disciplinando a matéria, mas em desacordo com a Constituição, é possível o ingresso de mandado de injunção.
 - (B) o mandado de injunção pode ser concedido verificando-se a existência de norma anterior à Constituição.
 - (C) não cabe mandado de segurança coletivo.
 - (D) a expressão norma regulamentadora se restringe a decretos regulamentares.
 - (E) a existência de norma regulamentadora anterior ao texto constitucional e recepcionada pelo novo sistema jurídico obsta o ingresso do mandado de injunção.
06. A Lei Orgânica do Município de São Paulo prevê que, no período de recesso, a Câmara poderá ser extraordinariamente convocada
- (A) pelo Presidente da Câmara Municipal.
 - (B) pela Mesa da Câmara Municipal.
 - (C) pelo maioria relativa dos vereadores.
 - (D) pelo Prefeito.
 - (E) por membro ou comissão desde que demonstrada a urgência e autorizada pelo Presidente da Câmara Municipal.
07. Nos termos da Lei Orgânica do Município de São Paulo, o processo legislativo compreende a elaboração de
- (A) emendas à Lei Orgânica; leis complementares; leis ordinárias municipais; decretos legislativos.
 - (B) emendas à Lei Orgânica, leis, leis delegadas, decretos legislativos; resoluções.
 - (C) emendas à Lei Orgânica; leis complementares; leis; leis delegadas, decretos legislativos; resoluções.
 - (D) emendas à Lei Orgânica; leis complementares; leis, decretos legislativos; resoluções.
 - (E) emendas à Lei Orgânica; leis; decretos legislativos; resoluções.

- 08.** A Lei Orgânica do Município de São Paulo pode ser emendada mediante proposta:
- (A) de maioria absoluta, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; da mesa da Câmara Municipal; de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada por, no mínimo, 1% dos eleitores do Município.
 - (B) de 1/3, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; do Prefeito; de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada por, no mínimo, 1% dos eleitores do Município.
 - (C) de maioria absoluta, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; da Mesa da Câmara Municipal; de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada por, no mínimo, 5% dos eleitores do Município.
 - (D) de maioria absoluta, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; da mesa da Câmara Municipal; de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada por, no mínimo, 0,3% dos eleitores do Município.
 - (E) de 1/3, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; do Prefeito; de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada por, no mínimo, 5% dos eleitores do Município.
- 09.** Como ato decorrente do controle difuso da constitucionalidade, a suspensão da execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, é realizada
- (A) com efeito *erga omnes* e *ex nunc*, por ato do Senado Federal, ante a decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) com efeito *erga omnes* e *ex tunc*, por ato do Senado Federal, ante a decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) com efeito *erga omnes* e *ex tunc*, automaticamente, mediante o trânsito em julgado da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) com efeito *erga omnes* e *ex nunc*, automaticamente, mediante o trânsito em julgado da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) com efeito *erga omnes* e *ex nunc*, por ato do Presidente do Supremo Tribunal, ante o trânsito em julgado da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- 10.** É da competência exclusiva do Congresso Nacional:
- (A) aprovar iniciativas do Poder Executivo referente a atividades nucleares.
 - (B) eleger membros do Conselho da República.
 - (C) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
 - (D) dispor sobre limites globais e condições para concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
 - (E) decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
- 11.** No que tange à repartição das receitas tributárias estabelecidas pelo texto constitucional, é correto afirmar que pertencem aos Municípios:
- (A) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
 - (B) cinquenta por cento do produto de arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
 - (C) vinte e um inteiros e cinco décimos do produto de arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
 - (D) cinquenta por cento sobre as prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação e não há repartição tributária de impostos estaduais, como o ICMS e o IPVA.
 - (E) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- 12.** Segundo os parâmetros estabelecidos pela Constituição, o servidor público estável só perderá o cargo
- (A) se sofrer condenação criminal por órgão colegiado, independentemente do trânsito em julgado.
 - (B) se for extinto ou declarada a sua desnecessidade.
 - (C) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
 - (D) se for investido no cargo de vereador e não houver compatibilidade de horário.
 - (E) se investido no mandato de Prefeito.
- 13.** É correto afirmar em relação ao efeito vinculante nas decisões de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, que
- (A) o Supremo Tribunal Federal está vinculado às suas próprias decisões.
 - (B) não há impeditivo constitucional para que o Poder Legislativo edite nova lei com idêntico conteúdo normativo ao do texto objeto da ação.
 - (C) o Poder Legislativo não pode elaborar lei de conteúdo idêntico ao do texto objeto da ação.
 - (D) o efeito *erga omnes* e vinculante não alcança o Poder Executivo.
 - (E) cabe reclamação constitucional se o Poder Legislativo elaborar lei de conteúdo idêntico ao texto objeto da ação.

14. No que se refere às decisões concessivas de medida cautelar, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade, é correto afirmar, como regra geral, que

- (A) a norma é expurgada do sistema jurídico, com efeito vinculante, *ex tunc* e *erga omnes*.
- (B) a norma tem sua eficácia suspensa, com efeito vinculante, *ex nunc* e *erga omnes*.
- (C) a norma é expurgada do sistema jurídico, com efeito vinculante, *ex nunc* e *erga omnes*.
- (D) a norma tem sua eficácia suspensa, sem efeito vinculante, *ex tunc* e *erga omnes*.
- (E) a norma tem sua eficácia suspensa, com efeito *ex tunc* e *erga omnes*, sem o efeito vinculante que surge com a decisão definitiva de mérito.

15. Procurador do Município, que chamado a opinar, oferece parecer sugerindo a contratação direta, sem licitação, mediante interpretação da lei das licitações. Surge pretensão do Tribunal de Contas do Município em responsabilizar o procurador que entendeu pela contratação direta. Segundo decisão do Supremo Tribunal Federal, no tocante à vinculação ou não dos pareceres jurídicos e da responsabilização do parecerista, é correto afirmar que:

- (A) salvo demonstração de culpa ou erro grosseiro, submetida às instâncias administrativo-disciplinares ou jurisdicionais próprias, não cabe a responsabilização do advogado público pelo conteúdo de seu parecer de natureza meramente opinativa.
- (B) cabe responsabilização objetiva do advogado público pelo conteúdo de seu parecer.
- (C) quando a lei estabelece a obrigação de decidir à luz de parecer, esta manifestação possui natureza jurídica de parecer opinativo.
- (D) mesmo em caso de consulta obrigatória, a autoridade pública não se vincula ao parecer.
- (E) não há que se falar em parecer vinculante, visto que este efeito só surge das decisões judiciais.

16. Caracteriza o pregão:

- (A) objeto comum, disponível no mercado a qualquer tempo, cuja configuração e características são padronizadas pela própria atividade empresarial.
- (B) podem participar somente os sujeitos previamente inscritos em cadastro público, o que torna a licitação sumária e mais rápida.
- (C) os proponentes ficam vinculados por sua proposta até que outra, mais elevada, seja formulada.
- (D) modalidade de licitação mais simplificada para aquisição de bens e serviços cujo valor é limitado, nos termos da lei.
- (E) utilização de recursos eletrônicos de informação para aceitação de propostas e lances em sessão presencial apenas para candidatos previamente cadastrados.

17. Em relação à arbitragem e à Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O juízo arbitral é inadmissível em contratos de empresas públicas, por falta de expressa autorização legal e por contrariedade aos princípios básicos que regem a Administração Pública.
- (B) É inaplicável a arbitragem em contratos celebrados pela Administração Pública sujeitos ao regime de direito público por violar o princípio da indisponibilidade do interesse público.
- (C) Estipulada cláusula compromissória em contrato administrativo, à luz dos princípios constitucionais que o regem, poderá a Administração Pública afastá-la, em nome do interesse público.
- (D) Quando os contratos celebrados por empresa estatal versem sobre atividade econômica em sentido estrito, os direitos e as obrigações deles decorrentes serão transacionáveis, disponíveis e, portanto, sujeitos à arbitragem.
- (E) As atividades desenvolvidas por autarquia que decorram do poder de império da Administração Pública, cuja consecução esteja relacionada ao interesse público primário, podem submeter-se à arbitragem.

18. Para a execução de serviço de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel providos de taxímetro, é possível sua exploração por
- (A) até três motoristas profissionais autônomos fazendo uso de um mesmo veículo, sendo que deverão portar licença específica expedida pela Secretaria Municipal de Transportes na qual conste o vínculo específico entre os referidos motoristas e um único veículo, de propriedade de um deles.
 - (B) até três motoristas profissionais autônomos fazendo uso de um mesmo veículo, sendo que deverão portar licença específica expedida pela Secretaria Municipal de Transportes, ainda que algum deles tenha vínculo com outro táxi.
 - (C) até três motoristas profissionais autônomos fazendo uso de um mesmo veículo, de propriedade de um deles, sendo que deverão portar licença específica expedida pela Secretaria Municipal de Transportes, ainda que algum deles tenha vínculo com outro táxi.
 - (D) dois motoristas profissionais autônomos fazendo uso de um mesmo veículo, sendo que deverão portar licença específica expedida pela Secretaria Municipal de Transportes na qual conste o vínculo específico entre os referidos motoristas e um único veículo.
 - (E) dois motoristas profissionais autônomos fazendo uso de um mesmo veículo, sendo que deverão portar licença específica expedida pela Secretaria Municipal de Transportes na qual conste o vínculo específico entre os referidos motoristas e um único veículo pertencente, apenas, a pessoa jurídica do ramo.
19. Agência reguladora independente é
- (A) Autarquia comum, cujos atos não se sujeitam à revisão por autoridade integrante da Administração direta e não há demissão dos administradores.
 - (B) Autarquia especial, cujos atos não se sujeitam à revisão por autoridade integrante da Administração direta, mas apenas perante o Poder Judiciário.
 - (C) Autarquia comum, em que há regime especial de investidura e demissão dos administradores.
 - (D) Autarquia especial, em que há homogeneidade na configuração do regime jurídico de todas as agências reguladoras.
 - (E) Autarquia comum, mas configurada em regime de autonomia econômico-financeira, por meio de receitas próprias.
20. Quanto à classificação de sigilo nas informações prestadas pelos órgãos da Administração direta e indireta da Municipalidade de São Paulo, assinale a alternativa correta.
- (A) As informações sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas poderão ser objeto de classificação em grau de sigilo mínimo.
 - (B) O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo ficarão restritos às autoridades judiciais.
 - (C) As informações classificadas como reservadas, após o término do prazo de classificação, deverão ser desclassificadas imediatamente ao grau mínimo de sigilo.
 - (D) O dirigente máximo do órgão ou entidade não poderá delegar a competência para classificação no grau reservado a agente público que exerça função de direção, comando ou chefia.
 - (E) As informações classificadas no grau ultrassecreto ou secreto, mesmo após eventual desclassificação, serão definitivamente preservadas, observados os procedimentos de restrição de acesso enquanto vigorar o prazo da classificação.
21. Sobre a prática de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.
- (A) É possível o ajuizamento de ação de improbidade administrativa exclusivamente em face de particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda.
 - (B) Em ação de improbidade administrativa, não é possível que se determine a indisponibilidade de bens adquiridos anteriormente ao suposto ato de improbidade.
 - (C) Configura ato de improbidade administrativa a conduta de professor da rede pública de ensino que, aproveitando-se dessa condição, assedia sexualmente seus alunos.
 - (D) Para a configuração dos atos de improbidade administrativa que causem prejuízo ao erário, é dispensável a comprovação de efetivo prejuízo aos cofres públicos.
 - (E) Para a decretação de indisponibilidade de bens pela prática de atos de improbidade administrativa que tenha causado lesão ao patrimônio público, exige-se que se demonstre a ocorrência de *periculum in mora*.
22. Após a emissão de parecer prévio e do julgamento das contas do Município, o Tribunal de Contas do Município
- (A) pode, a pedido da Câmara dos Vereadores, reexaminar as contas municipais para apurar irregularidades constatadas posteriormente.
 - (B) pode reexaminar as contas, desde que haja representação de 2/3 dos eleitores do município.
 - (C) pode, a pedido de novo prefeito, reexaminar as contas municipais para apurar fatos novos.
 - (D) não pode reexaminar as contas já aprovadas, em razão da coisa julgada.
 - (E) não pode reexaminar as contas já aprovadas, pelo fim de sua jurisdição.

23. Funcionário público do Município de São Paulo, preso em flagrante por crime inafiançável, será considerado afastado do exercício do cargo até decisão final transitada em julgado e durante o afastamento
- (A) não terá direito a perceber vencimentos.
 - (B) terá direito a perceber 2/3 dos vencimentos e, se absolvido, terá direito a receber a diferença.
 - (C) terá direito a perceber 1/2 dos vencimentos e, se absolvido, terá direito a receber a diferença.
 - (D) terá direito a perceber 1/3 dos vencimentos e, no caso de condenação, terá direito a continuar recebendo o mesmo valor.
 - (E) terá direito a perceber 1/2 dos vencimentos e, no caso de condenação, será demitido a bem do serviço público.
24. O procurador do Município de São Paulo, quando afastado, por ocupar cargo estranho ao quadro da Procuradoria Geral do Município,
- (A) não terá direito a perceber seus vencimentos como procurador, caso se trate de cargo em comissão.
 - (B) deverá permanecer recebendo seus vencimentos como procurador.
 - (C) poderá receber seus vencimentos como procurador e os do outro cargo, limitados pelo teto constitucional.
 - (D) poderá optar entre seus vencimentos como procurador e os do outro cargo.
 - (E) deverá receber a média dos vencimentos dos dois cargos.
25. Considerando o servidor público que teve seu ato de aposentadoria publicado, mas que não teve conhecimento e continua trabalhando, causando dano a terceiro, no que diz respeito à responsabilidade civil da Administração, assinale a alternativa correta.
- (A) Não há responsabilidade por não ser o autor mais servidor público.
 - (B) Não há responsabilidade, pois se trata de usurpação de função.
 - (C) Há responsabilidade, por manter o servidor aparência de agente público de fato.
 - (D) Há responsabilidade, uma vez que é servidor enquanto não deixar o cargo.
 - (E) Há responsabilidade, por equivaler à teoria da culpa anônima por falta de serviço.
26. Assinale a alternativa correta.
- (A) O controle dos atos administrativos pelo Judiciário afronta o princípio da separação, independência e harmonia dos poderes constituídos.
 - (B) Os atos normativos do Poder Executivo, como regulamentos, resoluções, portarias, podem ser invalidados pelo Poder Judiciário.
 - (C) O Judiciário não pode examinar sob o aspecto da legalidade e da moralidade os atos da Administração Pública discricionários.
 - (D) Os atos administrativos vinculados estão fora da competência de revisão do Poder Judiciário, por estar este impedido de examinar seu mérito.
 - (E) Os atos políticos estão sujeitos à apreciação do Judiciário, desde que causem lesão a direitos individuais.
27. A respeito das autarquias especiais, assinale a alternativa correta.
- (A) Suas decisões não são passíveis de apreciação por outros órgãos ou entidades da Administração Pública.
 - (B) As autarquias especiais corporativas, como os conselhos de fiscalização profissional, não necessitam contratar mediante concurso público.
 - (C) Integram a Administração indireta e se submetem a um regime jurídico único e uniforme.
 - (D) São classificadas de acordo com a natureza de suas competências, podendo desempenhar atribuições além das conferidas por lei.
 - (E) As universidades públicas devem prestar contas à Administração Pública à qual está vinculada sobre o destino de seus recursos orçamentários.
28. A respeito de consórcio público, assinale a alternativa correta.
- (A) Integrará a Administração Pública indireta de todos os entes consorciados.
 - (B) Não está sujeito ao controle do Tribunal de Contas.
 - (C) Depende de decreto executivo autorizador para sua criação.
 - (D) Tem por objeto o desenvolvimento de atividade temporária.
 - (E) Terá suas despesas mantidas por um dos entes associados.
29. A licença
- (A) pode ser considerada um ato discricionário.
 - (B) pode ser negada por motivo de inconveniência ou oportunidade.
 - (C) destina-se à utilização privativa de bem público.
 - (D) é um ato bilateral e constitutivo.
 - (E) difere da autorização por ser um ato declaratório.

30. Quanto à exigência de garantia, que é uma das cláusulas exorbitantes do contrato administrativo, assinale a alternativa correta.
- (A) A escolha da modalidade de garantia cabe ao contratante.
 - (B) Pode ser exigida dos licitantes já na licitação.
 - (C) Não poderá exceder o valor contratado.
 - (D) Será devolvida após cinco anos da execução do contrato.
 - (E) É cabível para contratação de obras e serviços e não para o de compras.

DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO FINANCEIRO

31. A Lei municipal n.º 13.479, de 30 de dezembro de 2002, instituiu, no Município de São Paulo, a Contribuição Para Custeio da Iluminação Pública – COSIP. De acordo com a referida lei, o órgão da Prefeitura encarregado de proceder ao lançamento e à fiscalização do pagamento da contribuição é a Secretaria de
- (A) Negócios Urbanos.
 - (B) Tributação e Orçamento.
 - (C) Finanças e Desenvolvimento Econômico.
 - (D) Desenvolvimento Social e Tributação.
 - (E) Desenvolvimento Social e Negócios Urbanos.
32. Segundo determina a legislação do Município de São Paulo, em caso de descumprimento das condições e dos prazos estabelecidos para parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, será aplicado sobre os imóveis notificados o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Progressivo no Tempo – IPTU Progressivo, mediante a majoração anual e consecutiva da alíquota pelo prazo de 5 (cinco) anos, até o limite máximo de
- (A) 10%.
 - (B) 15%.
 - (C) 20%.
 - (D) 25%.
 - (E) 30%.

33. Assinale a alternativa que está em consonância com as disposições da Lei n.º 14.094/05, que instituiu o Cadastro Informativo Municipal (CADIN MUNICIPAL) em São Paulo.
- (A) São consideradas pendências passíveis de inclusão no CADIN MUNICIPAL as obrigações pecuniárias vencidas e não pagas, ressalvada a ausência de prestação de contas, exigível em razão de disposição legal ou cláusulas de convênio, acordo ou contrato.
 - (B) A existência de registro no CADIN MUNICIPAL não impede os órgãos e entidades da Administração Municipal de realizarem, com relação às pessoas físicas e jurídicas a que se refere, concessão de auxílios e subvenções.
 - (C) A inclusão de pendências no CADIN MUNICIPAL deverá ser realizada no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da inadimplência, pelo Superintendente, no caso de inadimplência com relação a deveres subordinados à respectiva Autarquia Municipal.
 - (D) A inexistência de registro no CADIN MUNICIPAL configura reconhecimento de regularidade de situação e elide a apresentação dos documentos exigidos em lei, decreto e demais atos normativos.
 - (E) O registro do devedor no CADIN MUNICIPAL ficará suspenso nas hipóteses em que a exigibilidade da pendência objeto do registro estiver suspensa, nos termos da lei, acarretando a suspensão do registro sua exclusão no CADIN municipal.
34. No procedimento administrativo fiscal, no Município de São Paulo, em segunda instância, poderão ser interpostos recursos nas modalidades ordinário e de revisão, cuja análise compete
- (A) ao Conselho Municipal de Contribuintes.
 - (B) ao Conselho Municipal Fazendário.
 - (C) ao Conselho Municipal de Tributos.
 - (D) à Junta de Contribuintes.
 - (E) à Junta de Fiscalização.
35. Extingue o crédito tributário
- (A) o parcelamento.
 - (B) a moratória.
 - (C) o pagamento pendente de homologação.
 - (D) a conversão do depósito em renda.
 - (E) a isenção.
36. No processo da falência, as multas tributárias preferem aos créditos
- (A) reais até o limite do bem gravado.
 - (B) extraconcursais.
 - (C) com privilégio geral.
 - (D) quirografários.
 - (E) subordinados.

37. Determina a Constituição Federal que, sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte. Referida determinação reflete um princípio que, por seu turno, é corolário do princípio tributário da
- (A) imposição do efeito confiscatório.
 - (B) isonomia tributária.
 - (C) anterioridade.
 - (D) irretroatividade.
 - (E) parafiscalidade.
38. A imunidade recíproca consiste na vedação constitucional que impede a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios de cobrar
- (A) tributos sobre os templos de qualquer culto.
 - (B) tributos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações.
 - (C) impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços uns dos outros.
 - (D) impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.
 - (E) impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.
39. Nos termos da lei que disciplina a matéria, a decretação da medida cautelar fiscal produzirá, de imediato, a indisponibilidade dos bens do requerido, até o limite da satisfação da obrigação. Na hipótese de pessoa jurídica, a indisponibilidade recairá somente sobre os bens do ativo permanente, podendo, ainda, ser estendida aos bens do acionista controlador e aos dos que em razão do contrato social ou estatuto tenham poderes para fazer a empresa cumprir suas obrigações fiscais, ao tempo, nos casos de lançamento de ofício,
- (A) do lançamento tributário.
 - (B) do inadimplemento da obrigação fiscal.
 - (C) da constituição definitiva do crédito tributário.
 - (D) do fato gerador.
 - (E) da lavratura do auto de infração.
40. As dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro, classificam-se, nos termos da Lei n.º 4.320/64, como
- (A) investimentos.
 - (B) despesas de custeio.
 - (C) transferências correntes.
 - (D) subvenções.
 - (E) inversões financeiras.
41. Observada a classificação dos créditos adicionais, segundo o regramento legal que lhes é conferido, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica são denominados
- (A) suplementares.
 - (B) ordinários.
 - (C) extraordinários.
 - (D) especiais.
 - (E) imprevistos.
42. O Princípio da _____, consagrado constitucionalmente, impõe que a lei orçamentária anual deverá conter todas as receitas e despesas referentes aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- Completa corretamente a lacuna:
- (A) não-afetação dos impostos
 - (B) programação
 - (C) pureza
 - (D) seletividade
 - (E) universalidade
43. Nos termos da Lei Geral do Orçamento, caso não receba a proposta orçamentária, no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, o Poder Legislativo
- (A) elaborará a proposta.
 - (B) elaborará a Lei Orçamentária Anual.
 - (C) votará a proposta elaborada pela Mesa Diretora.
 - (D) considerará como proposta a Lei do Orçamento vigente.
 - (E) determinará que o Poder Executivo a apresente no prazo de 30 dias.

44. Considerando-se o que expressamente determina a Lei Geral do Orçamento acerca da despesa pública, é certo afirmar que a aquisição de material, o fornecimento e a adjudicação de obras e serviços serão regulados em lei, respeitado o princípio da
- (A) livre iniciativa.
 - (B) concorrência.
 - (C) efetividade.
 - (D) eficiência.
 - (E) cientificação.
45. O compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros, corresponde à definição básica de
- (A) dívida pública flutuante.
 - (B) dívida pública consolidada.
 - (C) concessão de garantia.
 - (D) refinanciamento da dívida mobiliária.
 - (E) operação de crédito.
47. Assinale a alternativa com o termo final do prazo para interposição de agravo regimental contra decisão do Presidente do STF, que indefere pedido de suspensão de segurança, considerando que a referida decisão foi disponibilizada no DJE em 28.03.2014 (sexta-feira).
- (A) 04.04.2014 (sexta-feira).
 - (B) 07.04.2014 (segunda-feira).
 - (C) 09.04.2014 (quarta-feira).
 - (D) 10.04.2014 (quinta-feira).
 - (E) 21.04.2014 (segunda-feira).
48. A respeito da intervenção das pessoas de direito público em causas cuja decisão possa lhes gerar efeitos, assinale a alternativa correta.
- (A) É admitida a intervenção mesmo que se trate de efeitos reflexos indiretos e de natureza econômica.
 - (B) A intervenção só é admitida se demonstrado o interesse jurídico na vitória de uma das partes.
 - (C) A intervenção depende da anuência da parte cujos interesses coincidem com o da interveniente.
 - (D) Essa intervenção, afora as hipóteses de comprovado interesse jurídico, só pode se dar pela via do recurso de terceiro interessado.
 - (E) Não prescinde a pessoa jurídica de direito público interveniente da demonstração de que seria parte legítima para figurar como autora ou ré da demanda.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

46. Segundo a chamada teoria da asserção, a análise da presença das condições da ação
- (A) deve ser realizada mediante juízo hipotético sobre as afirmações feitas pelo autor na petição inicial, abstratamente consideradas.
 - (B) não dispensa incursão sobre o mérito da demanda, de modo a evitar a chamada autolegitimação, baseada apenas nos fatos narrados pelo autor na petição inicial.
 - (C) pode ser analisada tanto de forma liminar, à luz dos elementos trazidos pelo autor na petição inicial, quanto com base na prova produzida nos autos, tudo de forma a prestigiar o concretismo do direito de ação.
 - (D) deve se limitar à análise do interesse processual, porquanto a legitimidade *ad causam* e a impossibilidade jurídica do pedido se confundem com o mérito.
 - (E) não pode ser realizada de maneira liminar, mas apenas após a contestação, pois a asserção já confere ao autor o direito potestativo à prestação jurisdicional.
49. Sobre a reconvenção, é correto afirmar que
- (A) pode ser ajuizada pelo réu, em seu próprio nome, mesmo quando o autor demandar em nome de outrem.
 - (B) não é admissível em ação declaratória, mercê da sua natureza de ação dúplice.
 - (C) é admissível no processo de execução fiscal, visando repetição de indébito.
 - (D) é prescindível para a condenação do autor ao pagamento de indenização por demandar sobre dívida já paga.
 - (E) deve estar fundada nos mesmos fatos narrados na petição inicial.

50. Assinale a alternativa correta a respeito da prova documental.
- (A) Não fazem a mesma prova que os originais as reproduções digitalizadas de documento público, quando juntadas aos autos por advogados privados.
 - (B) O documento público faz prova de sua formação, mas não dos fatos que o funcionário declarar que ocorreram em sua presença.
 - (C) Os livros comerciais provam contra o seu autor mesmo se, como de costume, não estiverem assinados.
 - (D) Admite-se incidente de falsidade documental para reconhecer falsidade ideológica e, por conseguinte, desconstituir negócio jurídico eivado de vício de consentimento.
 - (E) Sempre que uma parte requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá a respeito a outra, no prazo de 10 (dez) dias.
51. A decisão liminar de antecipação de tutela, concedida em primeira instância, sem contraditório, no sentido de promover milhares de servidores e determinar o consequente aumento imediato de seus subsídios, considerando inconstitucionais as normas que restringem a concessão de tutela antecipada contra o poder público, pode ser impugnada por meio de
- (A) reclamação constitucional ao STF, desde que não seja cabível a interposição de agravo de instrumento.
 - (B) agravo de instrumento e pedido de suspensão dirigido ao Presidente do respectivo Tribunal, vedada reclamação constitucional para o STF.
 - (C) agravo de instrumento, ou pedido de suspensão dirigido ao Presidente do respectivo Tribunal, ou reclamação constitucional ao STF, vedada a adoção simultânea dessas medidas.
 - (D) agravo de instrumento, pedido de suspensão dirigido ao Presidente do respectivo Tribunal e reclamação constitucional ao STF, podendo ser essas medidas adotadas de forma concorrente.
 - (E) reclamação constitucional ao STF, desde que não tenha havido pedido de suspensão dirigido ao Presidente do respectivo Tribunal, mas sem prejuízo da interposição de agravo de instrumento.
52. O termo inicial do prazo para propositura de ação rescisória corresponde à data em que
- (A) decorrer o prazo para recurso do capítulo da sentença ou do acórdão de mérito que será objeto de impugnação, não importando a existência de recurso parcial referente a outros capítulos.
 - (B) não for mais cabível recurso do pronunciamento judicial rescindendo, mesmo que se trate de decisão interlocutória.
 - (C) não for mais cabível recurso do último pronunciamento judicial ocorrido no processo.
 - (D) ocorrido o último pronunciamento judicial de mérito no processo, desde que não interposto recurso ou que este não tenha sido conhecido.
 - (E) não for mais cabível, perante as instâncias ordinárias, nenhum recurso do pronunciamento judicial rescindendo.
53. Segundo a jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo, nas desapropriações:
- (A) é cabível sempre avaliação judicial prévia para imissão na posse do imóvel expropriado.
 - (B) a imissão na posse não pode ser condicionada a laudo prévio de avaliação, sendo considerado, em caso de alegada urgência, suficiente o depósito realizado pelo expropriante com base no valor cadastral fiscal do imóvel.
 - (C) a avaliação prévia somente é exigida como condição para a imissão provisória na posse quando se tratar de imóvel residencial.
 - (D) a avaliação prévia somente é exigida como condição para a imissão provisória na posse quando se tratar de imóvel rural.
 - (E) em caso de alegada urgência, a imissão provisória na posse do imóvel independe de avaliação judicial prévia, devendo ser depositado valor razoável judicialmente arbitrado para tal finalidade, segundo as regras de experiência comum.
54. Sobre o reexame necessário da sentença proferida contra a Fazenda Pública, é correto afirmar que:
- (A) no reexame necessário é permitido ao Tribunal agravar a condenação imposta à Fazenda Pública sem que tenha a parte contrária interposto recurso.
 - (B) as decisões por maioria, proferidas em reexame necessário para reformar a sentença de mérito, admitem embargos infringentes.
 - (C) é admissível recurso extraordinário ou especial interposto pela Fazenda Pública contra o acórdão do reexame necessário, mesmo que não tenha havido apelação.
 - (D) as sentenças ilíquidas não se sujeitam ao reexame necessário.
 - (E) é vedado ao relator, nas hipóteses em que poderia fazê-lo em recurso de apelação, julgar monocraticamente o reexame necessário.
55. Para impugnar o acórdão não unânime de Tribunal de Justiça, que tenha julgado improcedente ação rescisória, é cabível
- (A) recurso ordinário.
 - (B) recurso de embargos infringentes.
 - (C) recurso especial e/ou recurso extraordinário.
 - (D) recurso de apelação.
 - (E) agravo regimental.

56. Sobre a ação de nunciação de obra nova, é correto afirmar que:
- (A) seja qual for o fundamento do embargo, o juiz pode autorizar o prosseguimento da obra pelo nunciado, desde que prestada caução.
 - (B) é vedada a concessão do embargo liminar sem audiência de justificação ou oitiva do representante da Fazenda Pública do Município.
 - (C) não pode ser ajuizada por particular em face da Fazenda Pública, visando embargar obra pública.
 - (D) não pode ser ajuizada pelo condomínio, mas apenas por condômino, por vizinho ou pelo Município.
 - (E) pode ser convertida em ação demolitória, mesmo após a estabilização da lide, porquanto este pedido está contido na demanda de nunciação.
57. Encontram-se sob a abrangência da chamada eficácia preclusiva da coisa julgada:
- (A) todos os pedidos que poderiam ser realizados com base na mesma causa de pedir entre as mesmas partes que figuraram no processo.
 - (B) todas as alegações e defesas que poderiam ter sido opostas ao acolhimento ou à rejeição do pedido.
 - (C) todas as causas de pedir que poderiam ter resultado no mesmo pedido acolhido ou rejeitado pela sentença.
 - (D) todos os fundamentos de fato da sentença, os quais não mais poderão ser contrariados pelas mesmas partes, ainda que em processo com pedido distinto.
 - (E) todos os fundamentos jurídicos da sentença, os quais não poderão ser contrariados pelas mesmas partes, ainda que em processo com causa de pedir e pedido distintos.
58. Assinale a alternativa correta a respeito do procedimento especial para arrecadação de bens e declaração judicial de vacância da herança jacente.
- (A) Transitada em julgado a sentença que declarou a vacância, o cônjuge e os herdeiros não mais poderão reclamar seus direitos.
 - (B) A apelação, voltada contra sentença que julgou improcedente habilitação de herdeiro, suspende o prazo para futuras habilitações.
 - (C) O depositário dos bens tem poderes de representação, inclusive judicial, da herança, bem como de guarda provisória do patrimônio arrecadado.
 - (D) O juiz não pode determinar a venda de bens da herança antes da declaração de vacância.
 - (E) A Fazenda Pública do Município pode apelar da decisão judicial que julga procedente a habilitação do herdeiro.
59. A intimação do representante judicial da Fazenda Pública do Município
- (A) deve ser realizada pessoalmente em embargos de terceiro opostos para desconstituir penhora levada a efeito em execução fiscal.
 - (B) deve ser pessoal em qualquer processo no qual a Fazenda Pública do Município figure como parte.
 - (C) não pode ser realizada, nas execuções fiscais, por carta registrada dirigida ao procurador sediado fora da comarca.
 - (D) pode ser realizada por carta ou pessoalmente, em qualquer processo ou procedimento, vedada a intimação por edital ou via publicação no Diário de Justiça Eletrônico.
 - (E) se dará em qualquer processo via publicação no Diário de Justiça Eletrônico, não lhe cabendo a prerrogativa de intimação pessoal conferida ao Ministério Público, à Defensoria Pública, aos Advogados da União e aos Procuradores Federais, da Fazenda Nacional e do Banco Central.
60. Assinale a alternativa correta acerca do Juizado Especial da Fazenda Pública.
- (A) Não podem ser ajuizadas perante o Juizado Especial da Fazenda Pública causas cujo valor supere 40 salários-mínimos.
 - (B) Admite-se a interposição de mandado de segurança perante o Juizado Especial da Fazenda Pública, desde que respeitado o valor limite de sua competência.
 - (C) Todas as sentenças estão sujeitas a reexame necessário pela Turma Recursal.
 - (D) No foro onde estiver instalado, sua competência é absoluta.
 - (E) O prazo para recorrer da sentença será contado em dobro quando o recorrente for pessoa jurídica de direito público.

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

61. Assinale a alternativa correta, conforme disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- (A) A repristinação é regra no direito brasileiro, admitindo-se disposição legal que afaste sua incidência.
 - (B) Há regra expressa acerca da *vacatio legis* para a vigência de lei no Brasil e em Estados estrangeiros, sem possibilidade de alteração.
 - (C) Admite-se, no direito brasileiro, a revogação tácita de lei.
 - (D) Não são admitidas leis com vigência temporária, em respeito à segurança jurídica.
 - (E) Não se consideram novas leis as meras correções ao seu texto, ainda que já em vigor.

62. Acerca das regras de domicílio estabelecidas pelo Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta.
- (A) As pessoas jurídicas de direito público interno possuem domicílio fixo, na capital do país.
 - (B) O incapaz possui domicílio próprio e facultativo, independentemente do domicílio de seu representante ou assistente.
 - (C) No atual sistema não se admite a pluralidade de domicílios para a pessoa física.
 - (D) O servidor público possui domicílio necessário, sendo o local onde exerce permanentemente suas funções.
 - (E) A pessoa jurídica que conta com mais de um estabelecimento tem domicílio exclusivo em sua sede.
63. Sobre os institutos da prescrição e da decadência, assinale a alternativa correta.
- (A) O envio de notificação extrajudicial, pelo credor, é causa de interrupção da prescrição.
 - (B) Não é possível a fixação de prazo decadencial pela vontade das partes.
 - (C) Não corre a prescrição contra os ausentes do país, em serviço público do município.
 - (D) Em regra, as causas de impedimento, suspensão e interrupção da prescrição se aplicam à decadência.
 - (E) A apuração dos fatos no juízo criminal, em regra, não interfere no curso da prescrição no âmbito cível.
64. Assinale a alternativa correta, no que tange à doação com encargo.
- (A) Não se admite a doação sem prazo específico para cumprimento do encargo, sendo hipótese de nulidade do ato.
 - (B) Em caso de revogação da doação por inexecução do encargo, admite-se a estipulação de cláusula contratual determinando que o donatário não terá direito a indenização pelas benfeitorias realizadas.
 - (C) Na doação realizada pela Administração Pública ao particular, não se admite cláusula de reversão em seu favor, em caso de descumprimento do encargo, ressalvada a possibilidade de indenização ao Poder Público.
 - (D) Em caso de pedido de revogação por inexecução do encargo, o donatário tem a prerrogativa legal de optar entre a devolução do bem ou a indenização em dinheiro.
 - (E) O encargo deve ser em benefício do doador, sendo vedado o encargo em benefício de terceiro ou do interesse geral.
65. Assinale a alternativa correta acerca da responsabilidade patrimonial da pessoa jurídica, de seus sócios e administradores.
- (A) O Código Civil de 2002 adotou a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica.
 - (B) A desconsideração da personalidade jurídica afasta o princípio da subsidiariedade da responsabilidade dos sócios, admitindo-se a constrição dos bens particulares deste, ainda que a sociedade possua patrimônio.
 - (C) No âmbito da relação cível, aplica-se a desconsideração da personalidade jurídica sempre que a personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos credores.
 - (D) Para que seja decretada a desconsideração da personalidade jurídica em razão de confusão patrimonial, é necessária a comprovação de que a confusão se deu com o objetivo de fraudar credores.
 - (E) A responsabilidade dos administradores por culpa no desempenho de suas funções independe de desconsideração da personalidade jurídica.
66. São elementos essenciais para configuração da responsabilidade civil subjetiva, apenas:
- (A) o ato ilícito, o dano e o nexo de causalidade.
 - (B) o fato jurídico, a culpa, o dano e o nexo de causalidade.
 - (C) o abuso de direito, a culpa e o dano.
 - (D) o ato ilícito, a culpa, o dano e o nexo de causalidade.
 - (E) a ação humana e o dano.
67. Assinale a alternativa correta acerca do direito real de propriedade, considerando sua função social e as disposições do Código Civil de 2002.
- (A) A posse ininterrupta e de boa-fé, de área extensa, por mais de 5 (cinco) anos, por considerável número de pessoas que realizaram obras e serviços de relevante interesse social e econômico, poderá configurar hipótese de expropriação.
 - (B) Admite-se a renúncia ao direito de propriedade sobre bem imóvel, sendo dispensada a escritura pública, independentemente do valor do bem.
 - (C) O uso anormal da propriedade, traduzido por interferências que violem o direito ao sossego, é proibido, ainda que se justifique no interesse público.
 - (D) O abandono não é hipótese de perda da propriedade, ressalvada a possibilidade de aquisição originária por prescrição aquisitiva.
 - (E) Em caso de perigo público iminente, o proprietário tem a faculdade de ceder ou não o uso de seu bem.

68. Gustavo e sua família passaram a ocupar bem público dominical de 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), em área urbana, utilizando-o como moradia da família e realizando diversas benfeitorias úteis e voluptuárias. O bem estava sem utilização pela Administração Pública, mas, passados 5 (cinco) anos, o município pretendia utilizá-lo para determinadas funções. Assim, foi ajuizada ação com o objetivo de retirar a família do local. Nesse panorama, partindo da premissa que a família sabia se tratar de bem público, é correto afirmar que
- (A) de acordo com as características do imóvel, o instituto da usucapião beneficia a família.
 - (B) o município deverá indenizar pelas benfeitorias úteis, mas não pelas voluptuárias.
 - (C) a retirada da família do imóvel urbano só é possível após as indenizações pelas benfeitorias realizadas.
 - (D) o município tem pretensão de retomada do bem, independentemente de qualquer indenização.
 - (E) de acordo com as características do imóvel, o instituto da usucapião beneficia a família tão somente se não forem proprietários de outro imóvel.
69. Eugênio, empresário, faleceu em acidente de avião em 10 de janeiro de 2013, deixando diversos bens móveis e imóveis na capital paulista, e não possuindo herdeiros necessários ou testamento. Dentre os bens imóveis, existem 5 (cinco) casas, de modo que 4 (quatro) delas estavam na posse do empresário e 1 (uma), de 300 m² (trezentos metros quadrados), era ocupada por uma família simples, que lá se instalou para moradia habitual, sem título e sem qualquer resistência por parte de Eugênio. Em 6 de maio de 2013, por iniciativa do Ministério Público, iniciou-se a arrecadação dos bens do falecido. Em 31 de julho de 2013 completaram 10 (dez) anos que a família morava no imóvel do empresário, data na qual ainda não havia sido declarada a vacância da herança. Considerando este cenário fático, assinale a alternativa correta.
- (A) A família poderá adquirir a propriedade pela usucapião, mesmo em se tratando de herança jacente, na medida em que o prazo aquisitivo da propriedade se deu antes da declaração de vacância.
 - (B) Iniciada a arrecadação dos bens, interrompeu-se o prazo para a aquisição pela usucapião, de modo que o administrador deverá tomar as medidas para desocupação do imóvel.
 - (C) Pelo princípio da *saisine*, com a jacência os bens foram imediatamente transferidos ao município, inadmitindo, assim, a prescrição aquisitiva.
 - (D) A expectativa de vacância impossibilita a aquisição pela usucapião, na medida em que o tratamento jurídico adequado é de bem público, que é insuscetível de ser adquirido por esta forma originária.
 - (E) Sendo declarada a vacância, o bem será de propriedade do município, mas a família gozará do direito real de habitação, considerando a consumação do prazo da usucapião entre a jacência e a vacância.
70. Assinale a alternativa correta acerca do direito real de servidão.
- (A) O prédio serviente e o prédio dominante podem ser de propriedade da mesma pessoa.
 - (B) Não se admite a constituição de uma servidão aparente por prescrição aquisitiva.
 - (C) O desuso por determinado período não é causa de extinção da servidão.
 - (D) Não se admite a constituição de servidão por testamento.
 - (E) A proibição de construir pode ser uma espécie de servidão, classificada como servidão negativa.
71. Com relação à propriedade fiduciária, e de acordo com o sistema jurídico vigente, bem como o entendimento jurisprudencial sobre a matéria, assinale a alternativa correta.
- (A) Em regra, a constituição da propriedade fiduciária independe de registro.
 - (B) Na alienação fiduciária é permitida a cláusula que autoriza o credor fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, em caso de inadimplemento.
 - (C) Em caso de alienação do bem pelo credor, o produto da venda deve ser utilizado para saldar o crédito, sendo vedada a utilização para cobrir despesas de cobrança.
 - (D) A alienação fiduciária não pode ter por objeto bem imóvel, limitando-se aos bens móveis e infungíveis.
 - (E) A teoria do adimplemento substancial alcança os casos de alienação fiduciária.
72. De acordo com a disciplina do Código Civil de 2002 acerca da sucessão legítima, assinale a alternativa correta.
- (A) Não se admite o direito de representação na linha colateral.
 - (B) No regime da comunhão parcial de bens, o cônjuge sobrevivente herda em concorrência com os descendentes do falecido, quando o autor da herança houver deixado bens particulares.
 - (C) São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes, o cônjuge e os colaterais, até o quarto grau.
 - (D) De acordo com a ordem de vocação hereditária, não havendo descendentes, a herança é transmitida aos ascendentes, que não concorrem com o cônjuge sobrevivente.
 - (E) O direito de representação pode se dar na linha reta descendente ou ascendente.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

73. Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública, em relação à qual se estabelece que
- (A) o aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Público ou por meio de permissão a terceiros, dispensando-se, nesse caso, procedimento licitatório.
 - (B) o Município procederá ao aproveitamento do imóvel no prazo mínimo de quatro anos, contado a partir da sua afetação ao patrimônio público.
 - (C) o valor real da indenização não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.
 - (D) os títulos da dívida pública terão poder liberatório para pagamento de tributos.
 - (E) os títulos da dívida pública terão aprovação prévia pela Câmara de Deputados e serão resgatados no prazo de até cinco anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas.
74. Acerca do direito de concessão de uso especial para fins de moradia, a Medida Provisória n.º 2.220/01, estabelece que:
- (A) é intransferível.
 - (B) sua extinção dá-se no caso do concessionário adquirir a propriedade, sendo despicienda a averbação no Cartório de Registro de Imóveis.
 - (C) em caso de ação judicial, a concessão respectiva poderá ser declarada por sentença arbitral.
 - (D) a Administração Pública terá o prazo máximo de 18 meses para decidir acerca do pedido do título de concessão respectivo.
 - (E) o título de concessão será obtido pela via administrativa perante o órgão competente da Administração Pública ou, em caso de recusa ou omissão deste, pela via judicial.
75. Para os fins da Lei n.º 11.977/09, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, considera-se:
- (A) Grupo familiar, a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos que contribuem para o seu rendimento, excluindo-se a família unipessoal.
 - (B) Imóvel novo, a unidade habitacional com até 90 dias de “habite-se”, ou documento equivalente, expedido pelo órgão público estadual competente.
 - (C) Trabalhador rural, a pessoa física que, em propriedade rural, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário.
 - (D) Requalificação de imóveis urbanos, a aquisição de imóveis dissociada da execução de obras e serviços voltados à recuperação e ocupação para fins educacionais.
 - (E) Oferta pública de recursos, o procedimento realizado pelo Poder Executivo Municipal para prover recursos às instituições e agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação para aqueles que residem em Municípios com população de até 30 mil habitantes.
76. Acerca da outorga de direitos de uso de recursos hídricos, prevista na Lei n.º 9.433/97, que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos, afirma-se corretamente que
- (A) o Poder Executivo Federal poderá delegar aos Municípios locais competência para concessão da outorga de uso de recurso hídrico de domínio da União.
 - (B) poderá ser suspensa totalmente, por prazo determinado, diante da ausência de uso por cinco anos consecutivos.
 - (C) ela será feita por prazo não excedente a trinta anos, não renováveis.
 - (D) ela não implica alienação parcial das águas, que são inalienáveis, mas o simples direito de seu uso.
 - (E) dependem de outorga pelo Poder Público o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.
77. Sobre a sentença proferida em ação popular, estabelece-se que:
- (A) ela incluirá, sempre, na condenação dos réus, o pagamento, ao autor, das custas e demais despesas, judiciais e extrajudiciais, diretamente relacionadas com a ação e comprovadas, bem como o dos honorários de advogado.
 - (B) condenará o autor ao pagamento do quádruplo das custas, quando, ao apreciar o fundamento jurídico do pedido, julgar a lide temerária.
 - (C) se o valor da lesão depender de avaliação, será indicado na sentença valor estimativo.
 - (D) quando a lesão resultar da falta de qualquer pagamento, o *quantum* correspondente será apurado na execução.
 - (E) da sentença que concluir pela carência da ação, recorrerá o juiz *ex officio*, mediante simples declaração no seu texto.
78. O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), criado pela Lei Municipal n.º 10.032/85, alterada pela Lei Municipal n.º 10.236/86, compõe-se dos seguintes membros, dentre outros:
- (A) um representante por bancada na Câmara de São Paulo.
 - (B) dois representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo.
 - (C) um representante do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA).
 - (D) um representante da Secretaria Municipal de Cultura.
 - (E) dois representantes da Universidade de São Paulo, escolhidos entre membros da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

79. Sobre a servidão ambiental, instrumento econômico da Política Nacional do Meio Ambiente, regradada pela Lei Federal n.º 6.938/81, assinale a alternativa correta.
- (A) O detentor da servidão ambiental poderá aliená-la, cede-la ou transferi-la, total ou parcialmente, como área de preservação permanente, em favor de entidade pública ou privada que tenha a conservação ambiental como fim social.
 - (B) Em caso de servidão ambiental temporária, seu prazo mínimo será de vinte anos.
 - (C) A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal.
 - (D) Durante o prazo de vigência da servidão ambiental, as alterações da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel, deverão ser averbadas na matrícula do imóvel mediante autorização judicial.
 - (E) É dever do detentor da servidão ambiental defender judicialmente a servidão ambiental em casos de defesa da posse da área serviente, por todos os meios em direito admitidos.
80. A Lei do Município de São Paulo de n.º 13.430/02, ao regular o Plano Diretor estratégico do município, estabelece como um de seus objetivos gerais, decorrentes de seus princípios:
- (A) racionalizar o uso da infraestrutura instalada, em particular a do sistema viário e de transportes, evitando sua sobrecarga ou ociosidade.
 - (B) universalização da mobilidade e acessibilidade.
 - (C) a regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda.
 - (D) a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, principalmente aqueles que trazem mais riscos ao ambiente natural ou construído.
 - (E) a melhoria da paisagem urbana, a preservação dos sítios históricos, dos recursos naturais e, em especial, dos mananciais de abastecimento de água do município.
81. De acordo com a Lei municipal n.º 13.725/04, a qual corresponde ao Código Sanitário do Município de São Paulo, é correto afirmar que
- (A) as instalações destinadas ao manuseio de quaisquer resíduos gerados por estabelecimentos prestadores de serviços de saúde com vistas à sua reciclagem devem ser projetadas, operadas e mantidas de forma tecnicamente adequada, a fim de não vir a comprometer a saúde humana e o meio ambiente.
 - (B) os projetos de construção, ampliação e reforma de sistemas de abastecimento de água, públicos ou privados, individuais ou coletivos, devem ser elaborados, executados e operados conforme as normas estabelecidas pelo plano diretor do município.
 - (C) é de notificação compulsória aos órgãos de vigilância em saúde as doenças e agravos à saúde relacionados ao trabalho.
 - (D) em decorrência dos resultados parciais ou finais das investigações, dos inquéritos ou levantamentos epidemiológicos, a autoridade sanitária poderá adotar as medidas indicadas para controle da doença ou agravo à saúde, no que concerne a indivíduos, grupos populacionais e ao meio ambiente.
 - (E) a vacinação é obrigatória e sem possibilidade de dispensa, devendo todo cidadão a ela submeter-se, assim como os menores sob sua guarda ou responsabilidade.
82. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal n.º 8.069/90, é atribuição do conselho tutelar:
- (A) aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente.
 - (B) ser designado como curador especial em casos de apresentação de queixa ou representação, ou de outros procedimentos judiciais ou extrajudiciais em que haja interesses de criança ou adolescente.
 - (C) inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas de que trata esta Lei, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas.
 - (D) representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.
 - (E) ajuizar as ações cíveis fundadas em interesses coletivos ou difusos.

83. No que tange ao direito à liberdade, ao respeito e à dignidade assegurados ao idoso, a Lei Federal n.º 10.741/03 (Estatuto do Idoso) estabelece:

- (A) o direito à liberdade, compreende, entre outros, os aspectos da crença e transportes e urbanos e semi-urbanos seletivos.
- (B) o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física e moral, com exclusão da preservação dos objetos pessoais.
- (C) é dever da família zelar pela dignidade do idoso, protegendo-o contra tratamento violento e imoral.
- (D) o direito à liberdade exterioriza-se na participação na vida política, cujo exercício por meio do voto tem caráter obrigatório.
- (E) a faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação são alguns dos aspectos da compreensão do direito à liberdade.

84. As diretrizes gerais da política urbana são, nos termos do Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/01), dentre outras:

- (A) Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra rural, à moradia e ao saneamento básico.
- (B) Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social.
- (C) Ordenação e controle do uso do solo, de forma a minimizar a proximidade de usos incompatíveis ou inoportunos.
- (D) Integração entre as atividades urbanas e semiurbanas, objetivando o desenvolvimento macroeconômico do município.
- (E) Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por pessoas hipossuficientes mediante o estabelecimento de normas gerais de urbanização e uso do solo.

DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO

85. O artigo 458 da CLT dispõe de forma expressa que, além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações *in natura* que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Considerando-se esta assertiva, analise as proposituras a seguir e assinale a afirmativa correta.

- (A) Os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho para a prestação de serviços tem natureza salarial.
- (B) O transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público, integra o salário do empregado.
- (C) Se o empregador custear a mensalidade escolar de seu empregado, deve incluir o valor correspondente na base de cálculo salarial do mesmo para pagamento de férias, 13.º salário e encargos fiscais e previdenciários.
- (D) O veículo fornecido pelo empregador ao empregado, quando indispensável para a realização do trabalho, não tem natureza salarial, salvo seja ele utilizado pelo empregado, também em atividades particulares.
- (E) O vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.

86. Relação de emprego: empregado e empregador. Modalidades de contratação do empregado. Sucessão de empresas.

É correto dizer que:

- (A) a não eventualidade é requisito para caracterização do vínculo de emprego, assim como a pessoalidade, a subordinação e a exclusividade.
- (B) é empregador, a empresa individual ou coletiva que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite a prestação de serviços, mesmo que por meio de interposta pessoa.
- (C) trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços.
- (D) na sucessão de empresas, sucedido e sucessor respondem solidariamente pelos créditos trabalhistas dos empregados dos contratos em curso que não sofreram interrupção na prestação de serviços.
- (E) os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados, equiparam-se ao empregador para todos os fins de direito.

87. Considerando-se os princípios e diretrizes que regem a Seguridade Social, é correto afirmar que
- (A) os princípios e diretrizes da Saúde se estendem à esfera da Previdência Social.
 - (B) o direito à saúde é garantido a todos, independentemente da qualidade de contribuintes da Previdência Social.
 - (C) a base de financiamento da seguridade social é composta por contribuição dos segurados e, no caso de empregados, dos empregadores.
 - (D) a seguridade social compreende um conjunto de ações destinado a assegurar o direito da sociedade à saúde e à Previdência Social.
 - (E) a universalidade da cobertura e do atendimento garante o direito de toda a população aos benefícios da Previdência Social.
88. Com relação à terceirização no serviço público, assinale a alternativa correta.
- (A) Observadas as regras insertas na Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta, somente responderão de forma subsidiária pelos créditos trabalhistas da empresa interposta, se comprovado o inadimplemento destas por culpa da prestadora de serviços.
 - (B) Havendo necessidade temporária de excepcional interesse público, a Constituição Federal de 1988 autoriza expressamente a terceirização dos serviços pelo prazo máximo de 6 meses.
 - (C) A terceirização dos serviços públicos na ocorrência de necessidade temporária de excepcional interesse público está autorizada pela Lei n.º 8.745/93 que trata da contratação por tempo determinado na Administração Pública.
 - (D) Não observado o cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666/93 na terceirização de serviços e constatada a subordinação direta com a Administração Pública indireta, haverá o reconhecimento do vínculo de emprego direto com esta.
 - (E) Mesmo observado o cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666/93, se constatada a conduta culposa da Administração Pública direta e indireta, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora, responderá de forma subsidiária no inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador.
89. No tocante às prerrogativas da Fazenda Pública perante a Justiça do Trabalho, é correto afirmar que
- (A) o Decreto-Lei n.º 779/69, que concede prerrogativas aos entes públicos, pode ser invocado pela União, Estados, Municípios, Distrito Federal, autarquias, fundações de direito público e empresas públicas.
 - (B) constitui-se prerrogativa prevista no Decreto-Lei n.º 779/69 a presunção absoluta de validade dos recibos de quitação e pedidos de demissão de seus empregados ainda que não homologados nem submetidos à assistência mencionada pela CLT.
 - (C) a garantia do duplo grau de jurisdição em dissídio individual alcança as decisões contrárias à Fazenda Pública em condenações superiores a 60 salários-mínimos e desde que a mesma não esteja em consonância com decisão plenária do Supremo Tribunal Federal ou com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (D) em mandado de segurança também cabe remessa *ex officio* nas hipóteses em que a pessoa jurídica de direito público figurar no feito como impetrante.
 - (E) o prazo em dobro para contestar as ações trabalhistas é prerrogativa concedida à Fazenda Pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 779/69.
90. Segundo dispositivos celetistas, quanto ao contrato de trabalho, é correto afirmar que:
- (A) o contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo indeterminado ou determinado, sendo que, nesta última modalidade, somente será válido em se tratando de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo, nas atividades empresariais de caráter transitório e nos contratos de experiência.
 - (B) ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, excetuados apenas o caso daqueles que exerçam cargo de confiança e na extinção do estabelecimento, sendo devido, nestas situações, o adicional de transferência de 25%.
 - (C) o acréscimo de 50% devido sobre as verbas rescisórias não quitadas em primeira audiência não se aplica à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às suas autarquias e fundações públicas, quando figurarem como tomadoras dos serviços nos casos de terceirização.
 - (D) no término do contrato por justa causa do empregado serão devidos apenas o saldo salarial, as férias vencidas acrescidas do terço constitucional e o 13.º salário proporcional.
 - (E) o empregado poderá considerar rescindido o contrato de trabalho e pleitear a devida indenização, permanecendo ou não no serviço, quando o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, mesmo que não haja redução significativa de seu salário.

91. Sindicato. Disposições da CLT e da Constituição Federal.

Está correta a assertiva:

- (A) cabe aos trabalhadores e empregadores interessados, fixar a base territorial da organização sindical, não podendo esta, porém, ser inferior à área de um município ou mesma região metropolitana.
- (B) é dever dos sindicatos colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal.
- (C) é vedado aos sindicatos fundar e manter agências de colocação.
- (D) são deveres dos sindicatos de empregados: promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito e fundar e manter escolas de alfabetização e pré-vocacionais.
- (E) é prerrogativa dos sindicatos manter serviços de assistência judiciária para os associados.

92. Segundo o disposto na CLT e entendimento do TST sobre as férias, é correto afirmar que:

- (A) após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a 30 dias de férias, desde que não tenha faltado ao serviço mais de 6 vezes.
- (B) não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de 30 dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa.
- (C) o empregado que se demite antes de completar 12 meses de serviço não tem direito a férias proporcionais.
- (D) respeitado o início do gozo das férias dentro do prazo concessivo, mesmo que parte dele seja gozado após seu término, não é devido o pagamento dos dias excedentes de forma dobrada.
- (E) é vedado ao empregado prestar serviços a outro empregador durante as férias em razão da finalidade desta que é o repouso, sob pena de ser dispensado por justo motivo.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Leia a situação descrita a seguir para responder às questões de números 93 e 94.

Objetivando combater a ameaça de racionamento de água em virtude de condições climáticas adversas, que levaram os reservatórios potáveis a níveis preocupantes, Lei Federal estabelece, em caráter emergencial, que durante o período em que os reservatórios apresentarem nível inferior a 20% será considerada crime, punida com pena de detenção de 3 a 6 meses, ou multa, a conduta de “lavar calçada ou automóvel utilizando-se de excessiva quantidade de água, proveniente de mangueira ou esguicho”. João comete a conduta típica durante o período de exceção, vindo a ser processado e condenado exclusivamente à pena de multa. A decisão, diante da ausência de qualquer recurso, transitou em julgado. Antes do cumprimento da pena e em virtude do restabelecimento dos níveis de água dos reservatórios, que constantemente passaram a apresentar volume d’água superior a 20% – o que afastou qualquer risco de racionamento e tornou a conduta atípica –, o advogado de João requer a extinção de sua punibilidade ao Juízo da execução penal. Argumentou que a norma não mais vige e, assim, o fato deve ser alcançado pela *abolitio criminis*, em virtude da aplicação retroativa de norma penal mais benéfica.

93. Tal pleito

- (A) deve ser acolhido, em razão do princípio *tempus regit actum*.
- (B) deve ser acolhido, em razão da retroatividade de lei penal mais benéfica.
- (C) não deve ser acolhido, em razão do fato ter sido praticado durante vigência de lei excepcional.
- (D) não deve ser acolhido, pois o único procedimento hábil a determinar a extinção da punibilidade após o trânsito em julgado é a revisão criminal.
- (E) não deve ser acolhido, em razão do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, contra a qual não se aplica o instituto da *abolitio criminis*.

94. Considerando que o pedido não seja acolhido, o caminho tecnicamente adequado para que se continue buscando a extinção da punibilidade é

- (A) a apelação.
- (B) o *habeas corpus*.
- (C) o recurso de agravo.
- (D) a carta testemunhável.
- (E) o mandado de segurança.

O caso a seguir deve ser considerado para responder às questões de números 95 e 96.

Joana é funcionária pública municipal e responsável por administrar os recursos financeiros da repartição em que trabalha. Com a ajuda de seu marido, que não é funcionário público e tem ciência de toda a empreitada, falsifica notas fiscais simulando a realização de despesas que não foram realmente efetivadas e, a cada 15 dias, insere cerca de 3 notas fiscais “frias” na prestação de contas, desviando em proveito próprio cerca de R\$ 5 mil a cada quinzena. A ação é reiterada e prolonga-se por cerca de 12 meses. Então, surge na repartição a notícia de que uma rigorosa comissão de auditoria financeira visitará todos os órgãos públicos, a fim de identificar possíveis desvios. Joana e seu marido, temendo que suas condutas fossem descobertas, devolvem integralmente o dinheiro ao caixa público, inclusive considerando a correção monetária, e retificam toda a contabilidade. A auditoria, entretanto, consegue comprovar a ocorrência dos ilícitos.

95. Joana será julgada por

- (A) peculato; seu marido também.
- (B) concussão; seu marido por falsificação.
- (C) apropriação indébita; seu marido por falsificação.
- (D) usurpação de função pública; seu marido por falsificação.
- (E) emprego irregular de verbas públicas; seu marido também.

96. No que concerne à hipótese narrada, a pena aplicada a ambos quando da condenação será calculada levando-se em conta a ocorrência de

- (A) concurso material e arrependimento posterior.
- (B) concurso formal e arrependimento eficaz.
- (C) crime continuado e desistência voluntária.
- (D) crime continuado e arrependimento eficaz.
- (E) crime continuado e arrependimento posterior.

97. Figure que o computador pessoal pertencente ao patrimônio da Prefeitura, e utilizado pelo Prefeito Municipal em visita oficial ao exterior tenha sido propositalmente danificado por um jornalista brasileiro que cobria os passos da comitiva. É correto afirmar que o jornalista

- (A) apenas será punido pela lei penal brasileira se o fato constituir crime no exterior e se lá não for punido.
- (B) será punido pela lei penal brasileira, independentemente do fato ser punido no estrangeiro.
- (C) apenas não será punido pela lei brasileira se absolvido no exterior.
- (D) apenas não será punido pela lei brasileira se a lei estrangeira determinar extinta sua punibilidade.
- (E) não será punido pela lei penal brasileira, em virtude do ato ter sido praticado no exterior.

98. No que concerne à alteração legislativa introduzida pela Lei do Crime Organizado (12.850/13) ao art. 288 do CP, o antigo crime de “quadrilha ou bando” passou a ser denominado “organização criminosa”;

- (A) o número mínimo de pessoas para a configuração do delito passou de 4 para 3; diferentemente da antiga redação, atualmente exige-se expressamente associação “para o fim específico de se cometer crimes”; foi inserida nova causa de aumento, que tem incidência quando criança ou adolescente integram a quadrilha.
- (B) o número mínimo de pessoas para a configuração do delito passou de 4 para 3; diferentemente da antiga redação, atualmente exige-se expressamente associação “para o fim específico de se cometer crimes”, sem outra(s) alteração(es).
- (C) o número mínimo de pessoas para a configuração do delito passou de 4 para 3; diferentemente da antiga redação, sem outra(s) alteração(es).
- (D) diferentemente da antiga redação, atualmente exige-se expressamente associação “para o fim específico de se cometer crimes”; foi inserida nova causa de aumento, que tem incidência quando criança ou adolescente integram a quadrilha, sem outra(s) alteração(es).
- (E) diferentemente da antiga redação, atualmente exige-se expressamente associação “para o fim específico de se cometer crimes”, sem outra(s) alteração(es).

99. O CPP estabelece que o Prefeito Municipal, quando arrolado como testemunha em processo penal,

- (A) poderá optar pela prestação de depoimento por escrito, caso em que as perguntas, formuladas pelas partes e deferidas pelo juiz, lhe serão transmitidas por ofício.
- (B) será obrigatoriamente acompanhado pelo Secretário de Negócios Jurídicos, ou equivalente, caso o assunto em questão seja de interesse público.
- (C) poderá recusar-se a prestar compromisso, caso o assunto em questão não seja de interesse público.
- (D) depende de expressa autorização da Câmara de Vereadores para prestar depoimento fora da Comarca.
- (E) será inquirido em local, dia e hora previamente ajustados com o juiz.

100. De acordo com a dominante jurisprudência do STF, inclusive já sumulada, *não se tipifica* _____ *contra a ordem tributária, previsto no art. 1.º, incisos I a IV, da Lei n.º 8.137/90, antes* _____.

Completam adequada e respectivamente as lacunas as expressões

- (A) crime ... da emissão da CDA (certidão de dívida ativa)
- (B) crime ... do esgotamento da via de discussão administrativa
- (C) crime ... da decisão judicial, ainda que provisória, confirmando o lançamento do tributo
- (D) crime material ... do lançamento definitivo do tributo
- (E) crime material ... da decisão judicial definitiva confirmando lançamento do tributo

